



Resenha



CHESNAIS, François. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden: Brill, 2016, 310p.

Louis Gill

(Tradução de Rosa Maria Marques)

Finance Capital Today: o mais recente livro de François Chesnais

Conhecido nos últimos quarenta anos por sua valiosa contribuição à análise do capitalismo contemporâneo e de suas crises econômicas e financeiras, o economista François Chesnais acaba de publicar, na coleção "*Historical Materialism Book Series*" das edições Brill (Leiden e Boston), um livro intitulado *Finance Capital Today. Corporations and Banks in the Lasting Global Slump*. Esse livro constitui uma notável síntese da reflexão existente sobre o tema e, em particular, de sua própria. Lembremos algumas de suas contribuições, sob a forma de:

1) livros (*La mondialisation du capital*, Syros, 1994 et 1997 ; *Les dettes illégitimes*,



Raisons d'agir, 2011)¹;

2) como organizador e co-organizador de obras coletivas (*La mondialisation financière*, Syros, 1996²; *Les pièges de la finance mondiale*, avec Dominique Plihon, La Découverte-Syros, 2000);

3) conferências e comunicações em seminários e colóquios;

4) artigos publicados em revistas, entre elas *La Vérité*, *Actuel Marx*, *Contretemps*, *La Brèche*, e *Carré Rouge*, do qual foi um dos fundadores em 1995 e o principal animador até seu desaparecimento em 2013.

Este livro, escreve Chesnais, olha para duas dimensões distintas, mas interligadas, da economia mundial contemporânea. A primeira consiste nas formas e consequências da interpenetração dos grandes bancos e das empresas industriais, comerciais e de serviços, que atingiram um nível muito elevado de concentração e de internacionalização, que constitui a forma contemporânea do que o marxista austríaco Rudolf Hilferding designava como “o capital de finança” em seu livro de 1910, intitulado *Das Finanzkapital*. A segunda consiste naquilo que ele define como “a finança enquanto finança” (em inglês *finance qua finance*), para representar o processo associado ao crescimento espetacular, no curso dos últimos quarenta anos, dos ativos (ações, títulos e derivativos) detidos pelas sociedades financeiras (bancos e fundos), mas também pelos departamentos financeiros das empresas industriais e comerciais transacionais. Chesnais designa esse capital como “capital financeiro” para distingui-lo do “capital de finança”, no sentido de Hilferding. Sua análise deriva das categorias de “capital portador de juros” e de “capital fictício”, enunciadas por Karl Marx na seção V do Livro III de “O Capital”. Em grande medida, Chesnais também é responsável por ter destacado essa dimensão fundamental da análise de Marx, em um artigo, de 1979, intitulado “Capital financeiro e grupos financeiros: pesquisa sobre a origem dos conceitos e sua utilização atual na França”, publicado em 1981, em um livro coletivo sob a direção de Charles-Albert Michalet³. Posteriormente, em seus numerosos escritos, ele se apoiou incansavelmente sobre

¹ O primeiro foi publicado no Brasil, em 1996, pela editora Xamã, sob o título “A mundialização do capital”.

² Publicado, no Brasil, em 1998, pela editora Xamã, sob o título “A mundialização financeira – gênese, custos e riscos”.

³ Por excesso de modéstia ou por descuido, Chesnais atribui ao marxista britânico David Harvey, em seu livro de 1982, intitulado *Limits to Capital*, a paternidade da utilização da categoria de capital fictício (ver p. 18). Chamo atenção que eu também a utilizei no tomo 2 de meu livro « A economia capitalista : uma análise marxista », publicado em 1979. É necessário mencionar que ela tinha sido usada, desde o início da década de 1970, pela secção francesa da internacional trotskista, corrente a que pertencia ele e eu, em sua revista teórica *La Vérité*.



esses elementos-chave da análise de Marx.

Desde o início, Chesnais aponta a questão suscitada pelo divórcio, cada vez maior depois dos anos 1980, entre a explosão dos mercados financeiros, que foram freados somente temporariamente pelo desenrolar da crise em 2007 – 2008, e o fraco estado da economia real subjacente, assim como a alta da taxa de exploração da força de trabalho, em um contexto no qual a relação de forças entre o capital e o trabalho evoluiu sem cessar em favor do capital. Um dos objetivos deste livro, ele escreve, é dar conta desse divórcio no contexto econômico e político da crise econômica e financeira mundial que continua. Esta crise, ele precisa, é uma crise de superacumulação e de superprodução, tendo como base o declínio da taxa de lucro. Em gestação depois da segunda metade dos anos 1980, ela tinha sido adiada mediante a criação maciça de crédito e a plena incorporação da China na economia mundial. Alguns a caracterizaram como uma “crise de financeirização” ou como uma crise do “capitalismo financeirizado”. Isso leva à confusão, diz Chesnais, que a define como uma crise do capitalismo *tout court*, a um momento dado da história, no qual o resultado da mundialização (a globalização) e da financeirização são as principais características. Como os Estados Unidos, enquanto Estado e lugar de acumulação do capital, ocuparam um papel central nessa globalização, não é surpreendente que seja nos Estados Unidos que “o gênio da finança tenha saído da garrafa”. Especialmente porque foi nos Estados Unidos, mais que em qualquer outro lugar, que o sistema de crédito foi ampliado, ao menos depois de 1998, até seu limite extremo. Mas a crise que prossegue, precisa Chesnais, era, desde sua explosão em agosto de 2007, uma crise mundial e não uma simples “Grande Recessão” norte-americana. E hoje, nenhuma economia individual pode sozinha impelir a economia mundial para fora da crise, como os Estados Unidos fizeram nos anos 1940, no contexto da Segunda Guerra mundial e suas consequências.

Chesnais conclui que, se o fim da crise é definido como o momento no qual uma acumulação geral e sustentada do capital ressurgir no conjunto do sistema mundial, então é necessário concluir, quase dez anos depois de agosto de 2007, que não há fim de crise em vista. Todas as organizações internacionais (FMI, BIS, OMC, UNCTAD, etc.), cada uma em seu campo de especialização, constatam isso, destaca Chesnais. A manutenção a salvo dos principais países industrializados repousa sobre sua permanente dependência à injeção de liquidez por seus bancos centrais, com a instabilidade financeira como resultante. A situação é agravada pelo fato de a China ter cessado de ser o motor econômico que era. Chesnais rejeita a caracterização de “estagnação secular” dos economistas keynesianos para descrever a situação de impasses na qual se encontra a economia mundial. Ele convida, em substituição, a



tomar consciência de que a sociedade humana está hoje inelutavelmente confrontada às consequências dos “limites históricos” do capitalismo. Isso, diz ele, deixou de ser um simples conceito intuitivo para se tornar uma realidade que pode já ser quantificada, especialmente, em termos de expropriação e de empobrecimento, e de desigualdades de riqueza, que voltaram a seu nível dos anos 1920. A mais grave dimensão desse impasse histórico do capitalismo, destaca, é a crise climática e do meio ambiente, que coloca em causa a própria sobrevivência da humanidade. A esta questão fundamental, ele consagra a conclusão do livro.

O livro conta com uma introdução, dez capítulos e uma conclusão. Ele inclui uma impressionante bibliografia de 850 títulos. Os leitores de língua não inglesa, habituados a ler os escritos de Chesnais, sobretudo em francês, mas também em espanhol e em português, desejarão fortemente, estou certo, que traduções, ao menos nessas línguas, sejam realizadas rapidamente.



Para desvendar mais o conteúdo do livro e motivar a leitura, eis algumas notas complementares extraídas livremente do texto, com suas referências apropriadas.

A crise em curso, se pode ler no capítulo 1, intitulado *O quadro histórico da crise e seus traços originais*, pôs fim a mais longa fase de acumulação da história do capitalismo: mais de 60 anos, se o ponto de partida é situado no fim da Segunda Guerra Mundial, 40 anos se ele se situa no fim da primeira recessão do pós-guerra, em 1976. No curso desse período, o ritmo da acumulação nos países capitalistas avançados, medidos pela taxa de crescimento de seu PIB, desacelerou continuamente, mas somente entrou em colapso em 2009 (p.25).

O sucesso com o qual o capitalismo ultrapassou suas barreiras iminentes durante várias décadas, a extensão da criação de dívidas desde 2001, assim como as políticas implantadas para conter a crise em 2008 – 2009 e depois, ajudam a compreender a acumulação maciça de capital fictício engajado em incontáveis operações especulativas, se alimentando do valor e da mais valia criados, simultaneamente a uma superacumulação global de capacidades produtivas e a uma superprodução em um vasto leque de indústrias (p. 36). Esses enormes montantes, que são objeto de incessantes transações, prossegue Chesnais, “estão nas mãos de



poderosos conglomerados financeiros que possuem a capacidade de impor suas políticas aos governos através de um conjunto de canais políticos e financeiros.

A utilização por Chesnais da denominação “capital de finança”, emprestado de Hilferding, para quem esse capital é um capital dinheiro colocado à disposição dos industriais pelos banqueiros, não deve sugerir que hoje as grandes empresas industriais estejam sob o controle dos bancos. Ao contrário, ele escreve, elas estão elas mesmas intensamente engajadas nas operações dos mercados financeiros e, inclusive, nas mais especulativas. “Os traços parasitários do capital portador de juros, de que Marx teve a intuição e sobre os quais Lênin enfatizou posteriormente, invadem da mesma maneira as operações de todos os componentes do capital: capital dinheiro, capital comercial e capital industrial” (p.8); de modo que os grandes bancos e as empresas industriais representam, em resumo, “diferenciações no seio do capital de finança” (p.93).

Chesnais ilustra esta simbiose e a semelhança de operações dos banqueiros, dos industriais e dos comerciantes em uma seção intitulada “Os bancos como comerciantes e as empresas transacionais como capitalistas financeiros”, da qual as duas subseções se intitulam “As operações dos conglomerados financeiros no comércio de mercadorias e na produção” e “As operações financeiras das empresas transacionais”. Ele menciona especialmente o caso do grande conglomerado estadunidense City Group, que recebeu, em 2002, do Federal Reserve (Banco Central) dos Estados Unidos, a autorização de intervir sobre os mercados de petróleo, gás natural, produtos agrícolas e outros produtos não financeiros (P. 109 – 110).

“As empresas industriais são um dos principais fundamentos do poder do capital de finança”, escreve Chesnais (p. 45). Elas estiveram “no posto avançado de sua restauração depois da guerra. Até o início dos anos 1990, elas eram os agentes mais ativos da internacionalização do capital” (idem). Elas também contribuíram para a retomada da City de Londres como centro das operações financeiras internacionais. “Quando o capital não é reinvestido na produção, na ausência de uma taxa de lucro suficiente ou porque a demanda final é insuficiente para justificar novos investimentos, uma parte dos lucros é conservada e eventualmente investida na acumulação financeira (p. 45 e 245) [...] “Simultaneamente, o crescimento do endividamento público aumentou o volume de títulos da dívida ofertada nos mercados, enquanto que as políticas de austeridade e medidas favoráveis aos



empregadores colocaram maiores barreiras à realização dos valores produzidos e à conclusão do ciclo da acumulação”.

“Isso é seguido de uma plethora de capital sob a forma de capital fictício, centralizado nos fundos comuns de aplicação e de fundos especulativos (*hedge funds*), que alimentou uma instabilidade financeira global, ela mesma agravada pela política monetária de recompra dos títulos públicos e também de títulos privados de alto risco pelos bancos, uma política chamada de “flexibilização quantitativa”, que se tornou o principal instrumento da política econômica” (p.245).

Antes de abordar as relações entre as sociedades financeiras e não financeiras no contexto atual, Chesnais consagra uma breve seção de seu capítulo 4 (*The Organisational Embodiements of Finance Capital...*) à evolução histórica dessas relações em quatro países de importância central: a Alemanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. Ele destaca características muito diferentes dos quatro países (p. 94-102).

- Na Alemanha, nota-se uma forte dominação dos bancos sobre a indústria e a formação de cartéis na virada do século XX, com a manutenção dessas relações próximas depois da Segunda Guerra Mundial, até o momento em que elas começam a ser corroídas com a transformação dos grandes bancos em conglomerados financeiros nos anos 2000; destaca-se, além disso, a fraca capitalização das empresas alemãs como porcentagem do PIB: 30%, em média, de 1990 a 2005, em comparação a 113%, nos Estados Unidos, e a 132%, na Grã-Bretanha.

- Nos Estados Unidos, onde a concentração bancária se desenvolveu paralelamente à da indústria, uma forma específica de controle direto dos bancos sobre a grande indústria conformou-se no início do século XX, de “money trusts”, que eram os bancos de investimentos da primeira “fornalha”, que exerciam um controle altamente concentrado, no coração dos quais se encontravam especialmente JP Morgan e a família Rockefeller, proprietária da Standard Oil. O rápido crescimento da Bolsa, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, acarretou o desaparecimento dos detentores de ações majoritários e colocou a questão da separação entre a propriedade e o controle das empresas.

- Na Grã-Bretanha, se nota, na mesma época, o contrário: uma ausência acentuada de vínculos entre banco e indústria. Em vez disso, enquanto centro do



sistema monetário mundial baseado no ouro, os bancos da City fizeram importantes lucros graças ao mercado monetário e às operações de câmbio (p. 98). “A City pode ser caracterizada como tendo ajudado a construir o primeiro sistema de apropriação mundial de mais valia sob a forma de lucros e de juros provindos do estrangeiro” (p.99). Assim, “a vantagem comparativa da Grã-Bretanha devia se encontrar não na indústria, mas no comércio e na finança e no papel crescente da City no sistema financeiro globalizado”.

- No centro da especificidade francesa, escreve Chesnais, se encontram o apoio do Estado e os grandes empréstimos estrangeiros. “A única proeza da Bolsa de valores foi o financiamento da Companhia do Canal de Suez » (p.100). Abarrotados de dinheiro em razão de uma fraca demanda da indústria, os bancos se voltaram em direção ao empréstimo internacional: em primeiro lugar à Rússia que, a partir de 1880, tornou-se o primeiro destino do empréstimo e do investimento direto francês, depois em direção à Argentina e à Ásia do sudeste (Indochina). “Um baixo investimento industrial e uma fraca demanda de investimento a partir dos bancos ou da Bolsa são os traços persistentes do capitalismo francês, onde predominam as empresas estatais e as empresas familiares que se beneficiam do acesso privilegiado ao financiamento público” (p.101).

Na Introdução do livro, Chesnais precisa: 1) que sua análise se situa no quadro do “ resultado do mercado mundial”, que Marx, em seu *Manuscrito de uma crítica da economia política (Grundrisse)*, de 1857-1858, escreve que está contido no próprio conceito de capital; 2) que é necessário, como Leon Trotsky, considerar o mundo não como uma soma de componentes nacionais, mas como “uma totalidade hierarquicamente diferenciada” no seio da qual se articulam as realidades nacionais (p.10). Tomar a economia mundial como ponto de partida da análise implica que se leva em conta o conjunto dos integrantes com a especificidade de cada um, como acaba de ser recordado na breve passagem de olhos sobre a história das relações entre banco e indústria na Alemanha, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na França. Chesnais destaca especialmente que o lugar da City de Londres, no processo de acumulação financeira e da globalização, foi incorretamente minimizado em relação àquele que foi reconhecido à Wall Street (p.11).

Da mesma forma, durante os dois primeiros anos da crise financeira, alguns sustentaram que os bancos europeus em dificuldade eram vítimas de uma situação na qual os Estados Unidos tinham a responsabilidade principal. Isso se tornou



indefensável, escreve Chesnais, assim que a União Europeia enfiou-se, entre 2010 e 2013, numa crise incorretamente designada como uma crise de “dívidas soberanas” e que se tornou claro que as dificuldades encontradas tiravam largamente sua força das incongruências de seus tratados fundadores. E o problema não pode ser limitado à ausência de um “governo federal” da União Europeia; ele se situa, inicialmente, na prioridade conferida por esses tratados à “concorrência sem entraves”, que é o fundamento de toda sua construção (p.236).

Muitos outros temas desse livro, que mereceriam comentários, somente podem ser mencionados no quadro restrito desta resenha, entre os quais as inovações financeiras adversas que precipitaram a economia na estagnação; a securitização dos ativos e a passagem do modelo tradicional de atividade bancária, modelo de “detenção de créditos” (*originate-to-hold model*) para um novo modelo qualificado de modelo de “cessão de créditos” (*originate-to-distribute model*); o formidável crescimento do “sistema bancário paralelo” (*shadow banking system*) e os fundos especulativos (*hedge funds*); o deslocamento do risco do sistema bancário tradicional em direção aos fundos especulativos e ao sistema paralelo; as novas modalidades de contágio e a dispersão do risco; a extensão e as consequências da proliferação das taxas de juros negativas, etc. Registremos, em particular sobre esse tema que, “entre dezembro de 2014 e fim de maio de 2015, em média, 200 bilhões de dólares de títulos da dívida soberana foram negociados a taxas de juros negativas”! (p.247).

Em resumo, um livro para ler, com certeza.